



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
Quarta Inspeção de Controle Externo - 4ª DT

TCDF - 4ª ICE - 4ª DT
Folha nº 734
Processo nº 4106/91
Rubrica

Processo nº 4106/91

Órgão de Origem: Polícia Civil do Distrito Federal

Assunto: Admissão de Pessoal

Valor examinado: Cr\$ 12.546.595,32 (Edital de 03.01.1991)

Ementa: Concurso Público para o cargo de Escrivão de Polícia da Carreira Policial Civil do Distrito Federal. Auditoria. Admissões com amparo em decisão judicial. Diligências. Cumprimento parcial. Nova diligência. Não cumprimento. Reiteração. Cumprimento parcial de diligência. Nova diligência e audiência de responsável.

- Envio de resposta em caráter provisório com pedido de prorrogação de prazo. Complementação da resposta. Legalidade de Admissões. Nova diligência.

Senhora Diretora,

Cuida o processo do acompanhamento do concurso público para o Cargo de Escrivão de Polícia, da então Carreira Policial Civil do Distrito Federal, à época pertencente ao Quadro de Pessoal do Distrito Federal (Edital n.º 194/90–IDR, DODF de 3.1.1991, fls. 3/10). Acerca das pendências decorrentes de auditoria com vistas à apreciação das respectivas admissões para fins de registro, cumpre recapitular os fatos que se seguem:

02. Mediante a Decisão n.º 2641/2002 (fls. 515/516), a Corte assim decidiu:

O Tribunal, de acordo com a proposta do Relator, tendo em conta a instrução e o parecer do Ministério Público, decidiu: I (...); II - solicitar à Procuradoria-Geral do Distrito Federal – com base no que dispõem os incisos I, V e XXI do art. 4º e o inciso VIII do art. 38 do Decreto nº 22.789/2002 – que, no prazo de 30 (trinta) dias, informe a este Tribunal o número (completo) do processo judicial, o histórico resumido (no qual sejam informadas as principais decisões proferidas) e o andamento, mencionando se houve ou não o trânsito em julgado das ações impetradas pelos servidores abaixo relacionados, participantes do concurso público regulado pelo Edital 194/90 e admitidos no cargo de Escrivão de Polícia: Adalgisa Maria de Araújo; Agnaldo de Moraes; Ailton Miranda Nogueira; Ana Cristina Ferreira Couto; Antônio de Siqueira Lopes; Arnaldo Dias Barros; Carlos Alberto de Oliveira Quaresma; Carlos Antônio de Oliveira; Carlos Eduardo Avelar da Conceição; Carlos Fernando Martins Durco; Carlos Marcelo de Araújo; Celmo Kennedy de Oliveira; Deocleciano Virginio Barros Júnior; Eder Martins Ferreira; Edilene Saraiva Rodrigues; Edson Ronaldo Batista; Elba Nobrega Silva Mendes; Eliene Rabelo da Silva; Elin Sousa Lima; Elvis Franks Fontenele da Costa; Enoque Maia Soares; Fabiola Alves da Silva; Francisco Gomes de Sousa; Gaspar Vieira de Sousa; Geraldo Rosa Santiago; Gilberto Oliveira Feitosa; Helenir da Silva Inácio; Helton de Jesus dos Santos; Hílson Francisco de Oliveira; Jadivania da Silva Moreira; Jandui Pinto Júnior; José de Arimateia da Conceição do Prado; José Franklin Coelho Silva Filho; José Luiz dos Santos de Oliveira; José Quintino Cardoso Barroso; José Wilson Neris de Amorim; Josemar Alves Soares; Júlio César de Araújo Galeno; Kátia Ferreira Guimarães; Lucineide de Andrade Alves; Lupercio Batista Souto;

**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**
Quarta Inspeção de Controle Externo - 4ª DTTCDF - 4ª ICE - 4ª DT
Folha nº 735
Processo nº 4106/91
Rubrica

Márbio Ribeiro da Silva ; Márcia Muniz de Oliveira Campos ; Marcio Oliveria de Lima; Marcos Ferreira de Carvalho; Maria de Fátima Furtado ; Maria Helena Xavier Zaiden; Maurício de Sousa Dias Filho; Maurilena Silva Guimarães; Paulo Augusto de Sousa; Paulo César Soares Quintino; Ricardo Levy Boquady; Robson Gomes da Silva; Rosimaria Albuquerque Moreira; Sandra de Souza Duarte; Sandra Fernandes Biagi; Sandra Maria Vieira dos Santos; Sandra Regina Leite Sousa Lima; Saraquiel Belém da Silva; Silvania Dantas Soares; Silvio Luiz Seabra de Alvarenga; Solangela de Sousa Paiva; Telma Baptista Gonçalves; Wellington dos Santos Cardoso e Zildenir Maria Silva; III - em cumprimento ao inciso III do art. 78 da LODEF, considerar legais, para fins de registro, as admissões dos seguintes candidatos aprovados no concurso público regulado pelo Edital n.º 194/90, para o cargo de Escrivão de Polícia da Carreira Policial Civil do Distrito Federal: Grupo I: Alexandre de Souza Júnior; Elizabeth Vilarins Simas ; Fernando Batista Fernandes; Jorge Luiz Rodrigues de Barros; Mauri Francisco da Silva; Osman Soares da Nóbrega Júnior e Susana Barbosa Ramos ; Grupo II: Ana Paula Gomes de Paula Pessoa; Antônio Adriano Xavier Nunes; Cícero Pereira de Sousa Neto ; Crisolina Alves Pacheco; Francisco das Chagas de Oliveira; Francisco Luiz Nonis; Iolanda Benício dos Santos ; Jorge Luiz da Costa Santos; Luciano Cunha de Oliveira; Luís Carlos Silva Teixeira ; Luiz Fernando Horacio de Sá; Márcia de Fátima Fernandes; Márcia Lauro do Nascimento; Maria das Graças Silva Lima; Maria Ires Mendes Vieira; Maria Neusa da Paz Costa; Newton Severino Boais Carvalho; Rauer Clemente Correa; Reginaldo Soares Pereira; Roberto Luís Ribeiro; Rosania Lobato Franca; Salomão Paulo Lima de Moraes; Silas Carvalho de Oliveira; Valdelia Rodrigues da Silva; Zelma Luzia de Aguiar e Zilda Pena de Sousa; IV - reiterar à SGA a diligência contida no item III.d da Decisão n.º 4.981/2001, para que, em 30 (trinta) dias, apresente a esta Corte a cópia do processo administrativo que culminou com a admissão da servidora Andréia Batista de Oliveira, nomeada, em 16.2.1996, para o cargo de Escrivão de Polícia; V - determinar o retorno dos autos à 4ª ICE, para os devidos fins. Declarou-se impedido de votar o Conselheiro ÁVILA E SILVA, por motivo de foro íntimo.

03. A Secretaria de Gestão Administrativa encaminhou as informações requeridas pela Corte e a Procuradoria-Geral, apesar de também ter fornecido vários dados sobre as admissões ocorridas por determinação judicial, não cumpriu integralmente a diligência a ela encaminhada.

04. Dessa forma, a Corte resolveu (Decisão n.º 5894/2003, fl. 593):

I - tomar conhecimento dos Ofícios n.ºs 600/2002-GAB/SGA e 820/02-GAB/PRG e respectivos anexos (fls. 519/568), considerando cumprida integralmente a diligência dirigida à SGA e, parcialmente, a que foi dirigida à Procuradoria Geral do Distrito Federal; II - comunicar à Procuradoria Geral do Distrito Federal que, em razão do Ofício nº 820/02-GAB/PRG, a Corte solicita que as informações ainda pendentes sejam encaminhadas no prazo de trinta (30) dias; III - determinar à Procuradoria Geral do Distrito Federal que preste circunstanciados esclarecimentos acerca da admissão do candidato MÁRBIO RIBEIRO DA SILVA, inclusive o desfecho das ações judiciais (APC nº 27.516/DF, no MS nº 5021/91 - 3ª VFPDF, APC nº 45.598/97 e Ação Rescisória nº 412/94), tendo em conta o fato de não ter logrado êxito no curso de formação correspondente; IV - autorizar o envio de cópia da instrução à Procuradoria Geral do Distrito Federal, a fim de auxiliá-la na identificação das informações que ainda devem ser complementadas; V - em cumprimento ao inciso III do art. 78 da LODEF, considerar legais, para fins de registro, as admissões dos seguintes candidatos aprovados no concurso público regulado pelo Edital nº 194/90, para o cargo de Escrivão de Polícia da Carreira Policial Civil do Distrito Federal: Andréa Batista de Oliveira, Adalgisa Maria de Araújo, Ana Cristina Ferreira Couto, Fabíola Alves Lopes da Silva, Geraldo Rosa Santiago, Helenir da Silva Inácio, Josemar Alves Soares, Júlio César de Araújo Galeno, Kátia Ferreira Guimarães, Maria Helena Xavier Zaiden, Solângela de Sousa Paiva; VI - determinar à Polícia Civil do Distrito Federal que remeta, em trinta dias, a este Tribunal as informações concernentes à admissão de Helton de Jesus dos Santos no Cargo de Escrivão de Polícia, em razão do resultado do Mandado de Segurança n.º 6.216/95, que foi extinto sem julgamento do mérito após ter sido cassada a liminar concedida; VII - determinar o retorno dos autos à 4ª ICE, para os devidos fins.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
Quarta Inspeção de Controle Externo - 4ª DT

TCDF - 4ª ICE - 4ª DT
Folha nº 736
Processo nº 4106/91
Rubrica

05. A Procuradoria-Geral do Distrito Federal não cumpriu tal determinação. Quanto à diligência endereçada à Polícia Civil do Distrito Federal (item VI), foi recebido o Ofício n.º 028/DRH (fl. 596) e, em anexo, informações obtidas junto à PGDF (fls. 597/601) a respeito da admissão de Helton de Jesus dos Santos, segundo as quais não havia sido possível localizar o processo relativo ao Mandado de Segurança n.º 6216/95, de autoria do candidato, naquela Casa. Constatou-se, a propósito, que Helton de Jesus dos Santos estava desempenhando normalmente suas atividades de Escrivão de Polícia na PCDF. Diante disso, a Corte deliberou por (Decisão n.º 3167/04, fl. 612):

I - tomar conhecimento da documentação encaminhada pela Polícia Civil do Distrito Federal (Ofício n.º 028/DRH e anexos), acostada às fls. 596/601, em cumprimento à Decisão n.º 5.894/2003; II - assinar prazo de 30 (trinta) dias para que a Polícia Civil do Distrito Federal informe o embasamento jurídico que mantém o servidor Helton de Jesus dos Santos no cargo de Escrivão de Polícia, após o Mandado de Segurança n.º 6216/95 por ele proposto ter sido extinto, sem julgamento do mérito, uma vez cassada a liminar concedida, já que as informações prestadas pela Procuradoria-Geral do Distrito Federal (Ofício n.º 6223/03 – PROPEs) não puderam esclarecer os fatos; III - reiterar à Procuradoria-Geral do Distrito Federal, para cumprimento em 30 (trinta) dias, os termos dos itens II e III da Decisão n.º 5.894/03, alertando-a para a possibilidade de aplicação da sanção prevista no item IV do art. 57 da Lei Complementar n.º 01/94; IV - autorizar o retorno dos autos à 4ª ICE, para acompanhamento.

06. Em cumprimento à determinação acima, a PCDF informou que Helton de Jesus dos Santos fora excluído do certame, conforme constante do Procedimento Administrativo n.º 031.000.306/95, cópia às fls. 618/652. Da análise dessa documentação, verificou-se que o Mandado de Segurança n.º 6216/95 impetrado pelo candidato (por ter sido considerado não-recomendado na seleção psicológica, uma das fases do concurso público) fora extinto com julgamento de mérito, cassada a liminar antes deferida (que permitiu o prosseguimento no certame). Dessa forma, em atendimento ao O.I. n.º 438/95-GAB/4ª SPR, o servidor fora excluído do concurso (ato de fl. 646). Informou, ademais, a jurisdicionada que Helton de Jesus dos Santos fora posteriormente nomeado (em 12.11.98), conforme Decreto de fl. 617. No referido ato, verificou-se que a nomeação ocorrera por determinação judicial oriunda da Ação de Rito Ordinário n.º 40.547/95-TJDF.

07. Já no que tange à determinação endereçada à Procuradoria-Geral do Distrito Federal (item III da Decisão n.º 3167/04), nenhum documento até então havia sido encaminhado a esta Casa. Nessas condições, o Tribunal proferiu a Decisão n.º 1037/2005 (fl. 668):



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
Quarta Inspeção de Controle Externo - 4ª DT

TCDF - 4ª ICE - 4ª DT
Folha nº 737
Processo nº 4106/91
Rubrica

O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução, em parte, e o parecer do Ministério Público, decidiu: I - tomar conhecimento do Ofício n.º 735/2004-GAB/Ass/PCDF e anexos (fls. 615/652), encaminhados pela Polícia Civil do Distrito Federal, considerando cumprido o item II da Decisão n.º 3.167/04; II – determinar à Polícia Civil do Distrito Federal que, no prazo de 30 (trinta) dias, informe se já houve o trânsito em julgado da Ação Ordinária n.º 40.547/95-TJDF, que permitiu a nomeação de Helton de Jesus dos Santos, no cargo de Escrivão de Polícia, oriunda do Concurso Público regulado pelo Edital n.º 194/90-IDR, indicando se a decisão final foi favorável ou não à permanência do servidor no cargo; III - determinar à Procuradoria-Geral do Distrito Federal que, no prazo de trinta (30) dias, dê cumprimento aos termos dos itens II e III da Decisão n.º 5894/03, reiterados pelo item III da Decisão n.º 3.167/04; IV - determinar a audiência do Sr. Procurador-Geral para que apresente justificativas pelo descumprimento de decisões do Tribunal, ante a possibilidade de aplicação da multa prevista no artigo 57, inciso IV, da Lei Complementar nº 1/94; V - determinar o retorno dos autos à 4ª ICE.

08. Em atendimento a essa deliberação, a PGDF encaminhou, em 17.05.05, o Ofício nº 302/2005-GAB/PRG (fl. 672/673), em que expôs os muitos entraves existentes para fornecimento das informações solicitadas - motivos pelos quais o órgão até aquele momento não dispunha destas na integralidade e em caráter definitivo – enviando, não obstante, nos anexos de fls. 674/696, as informações até então disponíveis, as quais ainda prescindiam de complementação. Nesses termos, o órgão solicitou novo prazo de trinta dias para tal complementação e ratificação. Enquanto esta Inspeção procedia ao exame do pedido de prorrogação de prazo, foi protocolizado nesta Casa, em 24.05.05, o Ofício nº 319/2005-GAB/PGDF, de 23.05.05 (fl. 697), e anexos (fls. 698/702), contendo a documentação complementar prometida pela douta Procuradoria.

09. Iniciado o exame da documentação por esta Inspeção, a PGDF, tendo recebido a comunicação formal de audiência (cópia à fl. 671) mencionada na Decisão nº 1037/05, apresentou em resposta o Ofício nº 330/2005- GAB/PGDF, de 24.05.05 (fls. 703/704), e anexos (fls. 705/733), mediante os quais o ilustre Procurador-Geral reitera as informações previamente encaminhadas, demonstrando, por conseguinte, já ter sido cumprida na íntegra a decisão em tela, motivo pelo qual requer seja tornada sem efeito a referida comunicação de audiência.

10. Registre-se, ainda, que a PCDF até o momento não cumpriu a determinação contida no item II da mesma decisão. Todavia, cremos não se fazer necessária a reiteração desse item pela Corte, dado que, em exame preliminar da documentação ora encaminhada pela PGDF, verificamos que nela já consta a informação pretendida naquele item (vide fl. 679).

11. Antes de procedermos à análise da documentação enviada pela douta Procuradoria, impende consignar, acerca da comunicação de audiência ao eminente Procurador-Geral, que esta decorreu da deliberação contida na própria decisão ora em cumprimento (item IV) e foi expedida em consonância com o disposto na Portaria nº 118/02 deste Tribunal. Tal audiência objetivou a apresentação de motivos pelos recorrentes atrasos no envio de informações a esta Corte. A esse propósito, os diversos motivos que impediram a PGDF de cumprir os prazos estipulados neste processo, expostos no ofício de fls. 672/673, de fato poderiam, em nosso ver, ser considerados como satisfatórios pelo Tribunal.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
Quarta Inspeção de Controle Externo - 4ª DT

TCDF - 4ª ICE - 4ª DT
Folha nº 738
Processo nº 4106/91
Rubrica

12. cremos que o ilustre Procurador-Geral, quando requer que a comunicação de audiência seja tornada sem efeito, apenas interpreta equivocadamente o procedimento legal de comunicação adotado pelo TCDF, pois, uma vez que a douta Procuradoria já recebera cópia da decisão em epígrafe, o posterior recebimento da comunicação formal de audiência foi compreendido como uma segunda determinação da Corte acerca de deliberação já cumprida.

13. Quanto às informações prestadas sobre as admissões em acompanhamento (itens II e III da Decisão nº 1037/05), verificamos primeiramente que os servidores que se seguem (cujos demais dados admissionais essenciais constam da instrução de fls. 282/297) tiveram seus feitos judiciais transitados em julgado favoravelmente à permanência na Corporação, podendo, em consequência, suas admissões serem consideradas regulares por estarem em conformidade com as decisões judiciais que a elas deram causa: *Adalgisa Maria de Araújo; Agnaldo de Moraes; Ana Cristina Ferreira Couto; Antônio de Siqueira Lopes; Arnaldo Dias Barros; Carlos Alberto de Oliveira Quaresma; Carlos Antônio de Oliveira; Carlos Eduardo Avelar da Conceição; Carlos Fernando Martins Durco; Carlos Marcelo de Araújo; Celmo Kennedy de Oliveira; Deocleciano Virginio Barros Júnior; Eder Martins Ferreira; Edilene Saraiva Rodrigues; Edson Ronaldo Batista; Eliene Rabelo da Silva; Elin Sousa Lima; Elvis Franks Fontenele da Costa; Enoque Maia Soares; Fabiola Alves da Silva; Francisco Gomes de Sousa; Gaspar Vieira de Sousa; Geraldo Rosa Santiago; Helenir da Silva Inácio; Helton de Jesus dos Santos ; Hílson Francisco de Oliveira; Jadivania da Silva Moreira; Jandui Pinto Júnior; José Franklin Coelho Silva Filho; José Luiz dos Santos de Oliveira; José Quintino Cardoso Barroso; Josemar Alves Soares; Júlio César de Araújo Galeno; Kátia Ferreira Guimarães; Lupercio Batista Souto; Márbio Ribeiro da Silva ; Márcia Muniz de Oliveira Campos ; Marcio Oliveria de Lima; Marcos Ferreira de Carvalho; Maria de Fátima Furtado ; Maria Helena Xavier Zaiden; Maurício de Sousa Dias Filho; Maurilena Silva Guimarães; Paulo Augusto de Sousa; Paulo César Soares Quintino; Ricardo Levy Boquady; Robson Gomes da Silva; Rosimaria Albuquerque Moreira; Sandra de Souza Duarte; Sandra Fernandes Biagi; Sandra Maria Vieira dos Santos; Sandra Regina Leite Sousa Lima; Saraquiel Belém da Silva; Sylvania Dantas Soares; Sílvio Luiz Seabra de Alvarenga; Solangela de Sousa Paiva; e Telma Baptista Gonçalves.*

14. Ressalve-se, acerca da servidora Fabíola Alves da Silva, constante da relação acima, que é possível depreender, com base nas informações prestadas, ter ela adquirido o direito definitivo à admissão, pois, apesar da ocorrência de decisão transitada em julgado desfavoravelmente a ela em um de seus pleitos judiciais (Mandado de Segurança nº 21.528/94), tal veredicto não foi relativo ao mérito, mas tão-somente à invalidação do tipo de medida judicial naquele momento adotada (mandado de segurança).

15. Por sua vez, os seguintes servidores precisarão ter a situação de suas admissões mantida em acompanhamento – o qual, por razões operacionais, sugerimos seja levado a efeito pela PCDF –, tendo em vista que não transitaram em julgado os respectivos feitos judiciais, que ainda asseguram de forma precária a permanência dos servidores na Corporação: *Ailton Miranda Nogueira; Elba Nóbrega Silva Mendes; Gilberto Oliveira Feitosa; José Wilson Neris de Amorim;*



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
Quarta Inspeção de Controle Externo - 4ª DT

TCDF - 4ª ICE - 4ª DT
Folha nº 739
Processo nº 4106/91
Rubrica

Lucineide de Andrade Alves; Wellington dos Santos Cardoso; e Zildenir Maria Silva.

16. Cumpre, por fim, destacar que as informações prestadas sobre o servidor *José de Arimatéia da Conceição do Prado* (fl. 679), segundo observação feita pela própria PGDF, correspondem a uma Ação Ordinária movida relativamente ao concurso para o cargo de Agente de Polícia, regido pelo Edital nº 076/90, não constando dados acerca de feitos judiciais relativos à admissão para o cargo objeto destes autos. Em pesquisa que efetuamos na página eletrônica do TJDF, também não logramos êxito em localizar qualquer outro feito judicial em nome desse servidor. Nessas condições, entendemos que a douda Procuradoria ainda precisaria ser questionada a esse respeito, com o fito de efetivamente esclarecer a situação do servidor no que tange à admissão ora apreciada.

Assim sendo, sugerimos:

I - tomar conhecimento do Ofício n.º 302/2005-GAB/PRG (fls. 672/673) e anexos (fls. 674/696), do Ofício n.º 319/2005-GAB/PGDF (fl. 697) e anexos (fls. 698/702) e do Ofício n.º 330/2005-GAB/PGDF (fls. 703/704) e anexos (fls. 705/733), encaminhados pela PGDF em atendimento à Decisão n.º 1037/2005;

II – considerar regulares, por estarem em conformidade com as decisões judiciais transitadas em julgado que a elas deram causa, as admissões dos seguintes candidatos aprovados no concurso público regulado pelo Edital nº 194/90, para o cargo de Escrivão de Polícia da Carreira Policial Civil do Distrito Federal: *Adalgisa Maria de Araújo; Agnaldo de Moraes; Ana Cristina Ferreira Couto; Antônio de Siqueira Lopes; Arnaldo Dias Barros; Carlos Alberto de Oliveira Quaresma; Carlos Antônio de Oliveira; Carlos Eduardo Avelar da Conceição; Carlos Fernando Martins Durco; Carlos Marcelo de Araújo; Celmo Kennedy de Oliveira; Deocleciano Virginio Barros Júnior; Eder Martins Ferreira; Edilene Saraiva Rodrigues; Edson Ronaldo Batista; Eliene Rabelo da Silva; Elin Sousa Lima; Elvis Franks Fontenele da Costa; Enoque Maia Soares; Fabiola Alves da Silva; Francisco Gomes de Sousa; Gaspar Vieira de Sousa; Geraldo Rosa Santiago; Helenir da Silva Inácio; Helton de Jesus dos Santos ; Hilson Francisco de Oliveira; Jadivania da Silva Moreira; Jandui Pinto Júnior; José Franklin Coelho Silva Filho; José Luiz dos Santos de Oliveira; José Quintino Cardoso Barroso; Josemar Alves Soares; Júlio César de Araújo Galeno; Kátia Ferreira Guimarães; Lupercio Batista Souto; Márbio Ribeiro da Silva ; Márcia Muniz de Oliveira Campos ; Marcio Oliveria de Lima; Marcos Ferreira de Carvalho; Maria de Fátima Furtado ; Maria Helena Xavier Zaiden; Maurício de Sousa Dias Filho; Maurilena Silva Guimarães; Paulo Augusto de Sousa;*



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
Quarta Inspeção de Controle Externo - 4ª DT

TCDF - 4ª ICE - 4ª DT
Folha nº 740
Processo nº 4106/91
Rubrica

Paulo César Soares Quintino; Ricardo Levy Boquady; Robson Gomes da Silva; Rosimaria Albuquerque Moreira; Sandra de Souza Duarte; Sandra Fernandes Biagi; Sandra Maria Vieira dos Santos; Sandra Regina Leite Sousa Lima; Saraquiel Belém da Silva; Silvania Dantas Soares; Silvio Luiz Seabra de Alvarenga; Solangela de Sousa Paiva; e Telma Baptista Gonçalves;

III – determinar à Polícia Civil do Distrito Federal que mantenha em acompanhamento os feitos judiciais que deram causa à admissão dos servidores que se seguem para o cargo de Escrivão de Polícia da Carreira Policial Civil do Distrito Federal, informando quando ocorrer o respectivo trânsito em julgado e se a decisão foi favorável ou não à permanência destes na Corporação: *Ailton Miranda Nogueira; Elba Nóbrega Silva Mendes; Gilberto Oliveira Feitosa; José Wilson Neris de Amorim; Lucineide de Andrade Alves; Wellington dos Santos Cardoso; e Zildenir Maria Silva;*

IV – determinar à Procuradoria Geral do Distrito Federal que, no prazo de 30 (trinta) dias, informe a situação atual do(s) feito(s) judicial(is) que deu(ram) causa à admissão do servidor *José de Arimatéia da Conceição do Prado* para o cargo de Escrivão de Polícia da Carreira Policial Civil do Distrito Federal, em decorrência do concurso público regulado pelo Edital nº 194/90, indicando se já houve o respectivo trânsito em julgado e se este foi favorável ou não à permanência do servidor na Corporação, tendo em vista que o feito judicial informado mediante o Ofício n.º 302/2005-GAB/PRG (Ação Ordinária nº 53270/95) refere-se ao concurso público para Agente de Polícia regulado pelo Edital nº 076/90;

V - autorizar o retorno dos autos à 4ª ICE para os devidos fins.

À superior consideração.

Brasília, 10 de junho de 2005.

Raimundo Milton Vale da Rocha
AFCE
4ª DT / 4ª ICE